



Ulysses acha que o presidente Sarney faz jogo duplo com o PMDB ao incentivar o "Centro Democrático" a tentar definir o mandato de cinco anos na Convenção do partido, rompendo o acordo entre ambos para que não houvesse votação

## Sarney articula bloco só para garantir mandato de 5 anos

CLÓVIS ROSSI  
Da Reportagem Local

O bloco suprapartidário de sustentação do governo, cuja criação o Palácio do Planalto vem estimulando discretamente, destina-se única e exclusivamente a assegurar ao presidente José Sarney os cinco anos de mandato que se transformaram em obsessão virtualmente excludente do chefe de governo.

Nessas condições, o bloco não servirá para governar junto com o presidente, até porque Sarney percebeu, na mini-reforma ministerial de abril/maio, que qualquer mexida no ministério agrada a alguns mas desagradará a tantos que acaba pondo em risco o objetivo central, que é o de consolidar ou angariar apoio para os cinco anos de mandato.

É claro que pode haver uma nova reforma ministerial, mas ela será circunstancial e não necessariamente direcionada para atender ao apetite do PFL e dos "moderados" do PMDB, que compõem a espinha dorsal do bloco suprapartidário de sustentação do governo. Mais ainda: a Folha apurou que a reforma, quando vier, será suficientemente cautelosa para não dar a impressão que decorre dos resultados da Convenção peemedebista do último fim-de-semana.

A reformulação do sistema de apoio do governo sequer serve para funcionar como bloco governista no Congresso constituinte, tal a mixórdia em que se transformou a assembleia. "Na Constituinte, tem Jesus votando com o diabo", ironiza Henrique Hargreaves, assessor parlamen-

tar do Gabinete Civil, um articulador político-parlamentar cuja competência é reconhecida até pelos inimigos e um dos homens que mais acertam a numerologia de qualquer votação parlamentar.

Todo o jogo, portanto, está voltado para o mandato. Desde as eleições de novembro passado, o presidente preocupou-se em obter uma definição a respeito do tempo que ficaria no Palácio do Planalto. No dia 24 de novembro, nove dias após o pleito, portanto, convocou Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, para uma reunião na qual pediu que o partido apressasse a definição.

Logo que o Congresso constituinte montou o seu quadro de relatores, nas comissões e subcomissões, Ulysses chamou à sua casa todos os relatores e as mais importantes lideranças políticas, no total de 32 pessoas, para uma reunião destinada a debater os insistentes pedidos de Sarney. O grupo chegou à unânime conclusão de que, tecnicamente, era impossível ao Congresso constituinte definir-se sobre a duração do mandato antes de fazer o restante de seu trabalho.

Foram quatro horas de discussão técnica, seguidas de mais uma hora de conversa política: mesmo sabendo-se que, tecnicamente, não era possível antecipar-se uma conclusão, as lideranças presentes discutiram se era politicamente conveniente fazê-lo — e não chegaram a acordo.

Em função desse quadro, o presidente passou a exigir uma definição política dos partidos e, em especial, do PMDB, afinal a agrupação majoritária no Congresso constituinte, ocupante de 304 dos 559 assentos. Foi trabalho perdido: nas duas ocasiões

em que pôde fixar uma postura política a respeito do mandato, a maioria do PMDB inclinou-se contra os desejos do presidente.

Primeiro, a 19 de maio, em reunião da bancada na Constituinte, em que a orientação dos "moderados" era transferir a votação para uma Convenção extraordinária, cuja convocação já estava decidida pela Executiva partidária. Votaram pela transferência apenas 88 dos presentes, enquanto 128 aprovavam a votação naquela mesma noite — e que só não se realizou porque os "moderados" bateram em retirada e impediram a configuração do quórum para deliberar.

Depois, na Convenção de 18 e 19 últimos, a proposta do governo para que todas as votações fossem abertas e nominais caiu por 477 votos a 270. Nesse caso, a derrota do governo se deu por uma aliança circunstancial dos grupos liderados pelo deputado Ulysses Guimarães (favorável a cinco anos) e pelo senador Mário Covas (favorável a quatro anos), o que significa que não foi derrotada a tese dos cinco anos em si.

Mas ficou evidente que o presidente não pode contar com a maioria do PMDB. E essa convicção que anima a idéia de se criar o bloco suprapartidário: com entre cem e 110 peemedebistas, mais cerca de 130 peelistas e desgarramentos dos partidos menores (PDS, PTB, PL, PDC), o presidente pode chegar aos 280 constituintes, o número mágico que lhe assegurará cinco anos de mandato. Mas será uma maioria extremamente precária para poder governar com ela, o que reduz a ambição do bloco a esse prosaico objetivo de garantir o mandato que Sarney deseja.

## Fisiologia predomina na negociação de apoio

A natureza puramente fisiológica do bloco acabou claramente exposta até pelas suas prováveis lideranças, no curso desta semana: primeiro, foi o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, a exigir postos ministeriais como condição para apoiar o bloco. Depois, foi o próprio presidente do PFL, senador Marco Maciel, a pedir posições não no Ministério, mas nos segundo e terceiro escalões do governo, para o seu partido.

Em nenhum dos dois casos e em

nenhum outro momento das discussões a respeito da duração do mandato do presidente, colocou-se o apoio a Sarney como decorrência dos méritos de sua gestão. O jogo político virou um torneio de fisiologia raramente visto mesmo na história de uma República que não é propriamente exemplar.

E o jogo é praticado também pelos governadores dos Estados, que fazem uma espécie de chantagem sobre o presidente: ou ele concede as verbas e/ou obras solicitadas pelos governa-

dores ou não terá o apoio destes para ficar cinco anos no Palácio do Planalto.

O resultado desse mecanismo de pressão e contra-pressão acabou sendo um círculo de ferro que o governo não consegue romper: a possibilidade de que o presidente obtenha os cinco anos sem jogar apenas com a fisiologia depende do êxito do Plano Bresser. "Quem tem popularidade, tem apoio político", disse o presidente a um de seus auxiliares após o decreto do congelamento de preços, no dia 12 de junho último.

Mas o êxito do Plano Bresser, por sua vez, depende de um pilar fundamental, que é a contenção do déficit público ao menos nos níveis previstos pelo atual ministro da Fazenda (3,5% do Produto Interno Bruto, depois de ter chegado a quase o dobro ou 6,7%). Ora, para conter o déficit público, o governo federal não pode ficar atendendo indiscriminadamente as solicitações dos governadores (e dos políticos em geral).

Esse círculo de ferro tende a romper-se justamente no pior momento para o presidente: pelos cálculos que se fazem no Congresso constituinte, a duração do mandato entrará para votação em fins de setembro ou começo de outubro, exatamente quando o descongelamento de preços deverá causar uma elevação dos níveis inflacionários, cuja redução, por sua vez, foi responsável pela razoável recuperação no estado de saúde da popularidade do presidente, conforme os dados da pesquisa do Instituto Gallup divulgada quinta-feira pelo Planalto.

Por isso mesmo, o governo federal trabalha, cada vez mais, com a hipótese de que o parlamentarismo acabará sendo implantado no país. Seria a fórmula para que a maioria do PMDB que não quer que o confronto com o governo atenda ao desejo de Sarney de ficar cinco anos no Palácio, mas governando apenas três, porque, implantado o parlamentarismo, quem de fato governará, a partir de março próximo, será o primeiro-ministro.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, um dos íntimos de Ulysses Guimarães, chega a dar como "inevitável" a implantação do parlamentarismo, apesar de Sarney e Ulysses serem contra. Ulysses, entretanto, está sendo bombardeado com a avaliação de que todos os países europeus importantes são parlamentaristas, mais ainda aqueles que transitaram do autoritarismo para a democracia (Portugal e Espanha, mais recentemente, e Itália, no imediato pós-guerra).

Além disso, a argumentação em cima de Ulysses, presidencialista histórico, passa pela situação dos Estados Unidos: esse país, paradigma do presidencialismo, já teve um presidente virtualmente expulso do Poder (Richard Nixon) e outro que andou ou anda perto disso (Ronald Reagan), lembram os íntimos do presidente do PMDB. Se Ulysses será ou não convencido, é o que se verá nas próximas semanas ou meses.